

## **MEMORANDO**

### **Assunto: Classificação de Angola como economia hiperinflacionária no âmbito da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29)**

A ABANC tomou recentemente conhecimento da decisão das empresas de auditoria (“big four”) de obrigar os bancos a aplicar a Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2017, não tendo sido informados sobre a avaliação feita da economia Angolana que terá levado à tomada desta decisão.

Após uma análise cuidada da situação, a ABANC conclui que não concorda com a decisão tomada pelas empresas de auditoria. A seguir apresentamos um resumo dessa análise:

1. A Norma não estabelece uma taxa absoluta em função da qual se considere estar perante uma situação de hiperinflação e refere especificamente que esta condição é indicada pelas características do ambiente económico de um país, mencionando 5 situações, que em conjunto com outros factores relevantes, devem ser considerados no processo de análise da economia. Uma dessas situações é a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ser próxima ou exceder 100%, todavia este factor, por si só, não é determinante e não deverá ser considerado de forma isolada.
2. A Norma refere também explicitamente que a determinação de uma situação de hiperinflação e a necessidade de reexpressão das demonstrações financeiras não se limita ao preenchimento de determinadas características, mas requiere a análise da situação como um todo e a aplicação de juízos de bom senso.
3. Assim, em baixo comentamos (i) a aplicabilidade das situações referidas na Norma à economia de Angola, e (ii) considerações sobre o impacto de uma reexpressão nas demonstrações financeiras dos bancos.



### 3.1 Aplicabilidade das situações referidas na Norma:

**a) a população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra**

#### Activos não monetários

O número de entidades que converteu a sua liquidez em activos não monetários não tem expressão na economia, facto evidenciado pelo excesso de oferta no sector imobiliário que se tem vindo a verificar, e também pelo comportamento da carteira de depósitos no sector bancário, abaixo referida.

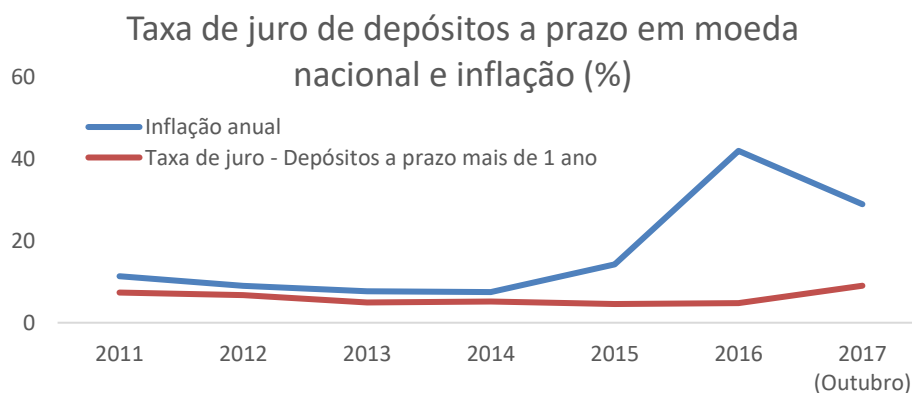
#### Moeda estrangeira

Devido à escassez de moeda estrangeira no mercado interno, e ao facto de a moeda nacional não ser livremente convertível, não se tem verificado a conversão da riqueza em moeda estrangeira. A moeda estrangeira é essencialmente utilizada para a realização de pagamentos ao exterior, tendo em conta a elevada dependência de Angola das importações.

#### Imediatamente investidas para manter o poder de compra

Os depósitos em moeda nacional cresceram entre o final de 2014 e o final de 2017 pela mesma percentagem que a Moeda M3, não se notando qualquer alteração no comportamento dos depositantes.

Para além de que é de notar que os depósitos à ordem não são remunerados, e os depósitos a prazo são remunerados a taxas que não têm qualquer referência à, nem se aproximam da, taxa de inflação para além de que a relação de depósitos à ordem/a prazo tem-se mantido mais ou menos estável.



Fonte: BNA

**b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda**

O BNA iniciou um processo de desdolarização da economia em 2010 com a imposição de limites de exposição cambial e, no ano seguinte, a limitação da concessão de crédito em moeda estrangeira. O Governo, por sua vez, legislou a obrigação de apresentação, em moeda nacional, das demonstrações financeiras e de todos os preços de venda, através do Código Geral Tributário, do Regime de facturas e documentos equivalentes e da nova Lei do Arrendamento, entre outros.

O efeito das medidas de desdolarização verifica-se através da redução, no sector bancário, do crédito e dos depósitos em moeda estrangeira, assim como do peso dos depósitos em moeda estrangeira sobre o total dos depósitos:

**Indicadores de dolarização da economia**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Crédito em ME (milhões de USD)	10.649	11.070	10.531	7.102	6.549	3.887	3.505
Depósitos em ME (Milhões de USD)	18.437	18.018	17.893	16.512	13.369	11.975	12.008
Peso dos depósitos em ME sobre total depósitos (%)	53	49	42	36	34	32	33

Fonte: BNA. Valores convertidos para USD ao câmbio do final do ano. \* Outubro.

**c) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto**

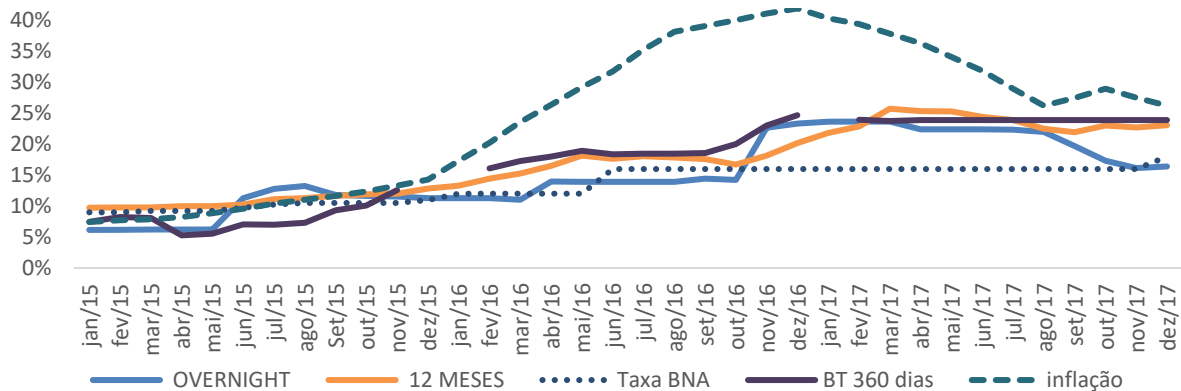
Não são conhecidas práticas de vendas e compras a crédito no mercado angolano nos termos descritos na norma.

**d) as taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços**

*Taxas de juro*

As taxas de juro não têm acompanhado a subida da taxa de inflação, tendo-se mantido taxas de juro reais negativas durante os últimos anos.

### Taxas de juro do mercado e inflação



### Salários

Os salários em Angola não são indexados ao índice de preços, fazendo-se notar o seguinte:

- o salário mínimo nacional tem vindo a ser actualizado muito abaixo da taxa de inflação dos últimos anos:

#### **Salário mínimo por agrupamentos económicos**

Valores em Kz	2011	2012	2013	2014	2017
Comércio e indústria extractiva	16.165	17.782	19.915	22.505	24.755
Transportes, serviços e indústria transformadora	13.471	14.818	16.596	18.754	20.629
Agricultura	10.777	11.954	13.277	15.003	16.503
<b>Variação</b>					
Comércio e indústria extractiva	-	10%	12%	13%	10%
Transportes, serviços e indústria transformadora	-	10%	12%	13%	10%
Agricultura	-	11%	11%	13%	10%

Fonte: Decreto Presidencial nº 182/11, 128/12, 81/13, 144/14 e 91/17

- os salários da função pública têm sido sempre actualizados abaixo da inflação:

### Vencimento base do regime geral da Função Pública

Índice em Kz	2011	2012	2013	2014	2017
Pessoal técnico	29.492	32.442	35.037	37.840	39.732
Pessoal não técnico	10.534	11.587	12.514	13.515	15.272
Variação					
Pessoal técnico	-	10,0%	8,0%	8,0%	5,0%
Pessoal não técnico	-	10,0%	8,0%	8,0%	13,0%

Fonte: Decreto Presidencial nº 165/11, 110/12, 65/14, 126/14 e 95/17

- Não se verifica, igualmente, uma política generalizada de actualização de salários de acordo com o índice de preços no sector privado.

### Preços

Embora se tenha vindo a verificar o aumento dos preços dos produtos e serviços importados, devido em grande parte à escassez de moeda estrangeira e desvalorização da moeda nacional, não se confirmou a mesma tendência no mercado imobiliário, tendo-se verificado ao invés, uma descida de preços, mesmo quando expressos em moeda nacional, devido à crise económica que resultou numa queda acentuada da procura, tendo contribuído para tal a redução da actividade das empresas estrangeiras a operar no mercado e consequente redução de pessoal expatriado, que no passado tinham influenciado, de forma significativa, a subida dos preços praticados.

### **e) a taxa acumulada de inflação durante três anos se aproxime de, ou exceda, 100%**

A taxa acumulada da inflação em Angola apenas ultrapassou 100% em Outubro de 2017, devido ao valor excepcional verificado em 2016, embora no último ano tenha desacelerado expressivamente em relação a 2016, esperando-se, todavia, que se mantenha sensivelmente estável em 2018.

A evolução da taxa anual de inflação foi a seguinte: 2015 = 14,27%, 2016 = 41,95%, 2017 = 26,26%.

O Governo de Angola tem vindo a fazer um grande esforço para conter a inflação, tendo estabelecido como principais objectivos para 2018 a estabilização macroeconómica e a diversificação da economia.

Aproveitamos para citar a observação do “INTERNATIONAL PRACTICES TASK FORCE - Center for Audit Quality Washington Office” na sua reunião de Maio 16, 2017<sup>1</sup> sobre o Suriname, que, independentemente de se projectar uma taxa de inflação acumulada de 148% para 2017, (98% em 2016), foi decidido que o país não devia imediatamente ser considerado como hiperinflacionário, devendo-se acompanhar a evolução da taxa de inflação e outros importantes indicadores económicos para se voltar a reavaliar a situação e decidir se, e quando, este país devia ser considerado hiperinflacionário.

Em conclusão, considerando o acima exposto, a ABANC é de parecer fortemente desfavorável à aplicação da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2017, sendo da opinião que se deve acompanhar a evolução de indicadores económicos como a taxa de inflação e outros relevantes para se voltar a reavaliar a situação durante 2018 e então decidir antes do final do ano, se, e quando, a economia de Angola possa ser considerada hiperinflacionária.

ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DE BANCOS

AMÍLCAR AZEVEDO DA SILVA

Presidente da Direcção

---

<sup>1</sup> <http://www.thecaq.org/may-2017-iptf-joint-meeting-highlights>